



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640248 - SP (2021/0014144-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : LUCAS PEPE DA SILVA
ADVOGADO : LUCAS PEPE DA SILVA - SP380041
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALDEMAR MOREIRA MEIRELES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALDEMAR MOREIRA MEIRELES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2000845-66.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 155, § 4º, inciso IV do Código Penal e art. 14 da Lei n. 10826/2003, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da

periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada.

No ponto, colhe-se da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fls. 108-110):

[...]

Por ora não há como se falar em imposição de medidas cautelares (por se revelarem insuficientes para resposta com fato noticiado) ou liberdade provisória porque, ao se analisar minuciosamente os fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifica-se que a infração aqui tratada envolve a prática de delito apenado com pena máxima superior a quatro anos de reclusão.

Os crimes contra o patrimônio tal qual como perpetrado nos autos, em concurso de pessoas, geram intranquilidade à sociedade, tornando intolerável tal situação à população sertanezina e das adjacências. Cumpre observar também que, não bastasse a agravante da prática delituosa em concurso de agentes, a tentativa de furto se deu mediante abatimento dos semoventes por arma de grosso calibre (cartucheira).

Ademais, conforme se infere da documentação coligida aos autos ADILSON possui antecedentes por tráfico e furto qualificado, sendo reincidente. VALDEMAR possui condenação por porte legal de arma e JHONATA, possui envolvimento com o tráfico de drogas (possui processo suspenso no artigo 366 do CPP por não ter sido localizado – autos 0001825-36.2020.8.26.0597) e é reincidente (autos 0007592-65.2014.8.26.0597).

Ainda, não se verifica nos autos indicativos que comprovem ocupação lícita e endereço fixo dos autuados, de modo que a soltura nesse momento poderá frustrar a aplicação da lei penal e inviabilizar o regular andamento do feito.

Esse somatório de circunstâncias revela que o comportamento dos agentes coloca em flagrante risco a tranquilidade social, além de demonstrar que medidas cautelares outras, que não a prisão preventiva, são insuficientes e inadequadas para a

garantia da ordem pública. Em suma, tem-se caracterizada a necessidade da prisão cautelar para manutenção da ordem pública e superados os requisitos próprios para concessão da liberdade provisória, daí porque inviável deferi-la. A propósito, veja-se: "No conceito da ordem pública, não se visa apenas prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão." (Supremo Tribunal Federal, Min. Carlos Madeira, RTJ 124/033). E mais, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou que "a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, constituem requisitos individuais que não bastam para a liberdade provisória à vista da potencialidade e periculosidade do fato criminoso e da necessidade de assegurar-lhe a aplicação da lei penal." (5ª Turma, RHC nº 8.321/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca).

[...]

Assim, torna-se imperioso que os investigados permaneçam detidos, visando à garantia da ordem pública, pois, se forem colocados em liberdade, poderão praticar novos delitos com tamanha gravidade, como o presente, e até mesmo fugir do distrito da culpa, em prejuízo da instrução criminal e a eventual aplicação da lei penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência